

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX – Nº 1.852 – Brasília, quinta-feira, 18 de dezembro de 2003



Jucá relatou proposta

A reforma tributária deve ser promulgada amanhã. O texto foi aprovado ontem em segundo turno pelo Plenário. As alterações feitas pelos senadores voltarão à Câmara na forma de nova PEC.



Viana: relator da PEC

Já está pronta para ser examinada pelos deputados a emenda paralela da Previdência. A proposta, negociada entre governo e oposição, foi acolhida ontem em segundo turno pelos senadores.

## REFORMAS APROVADAS

Páginas 4 e 5



CONGRESSO NACIONAL  
180 ANOS

### Orçamento conclui relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento votou ontem o último dos dez relatórios setoriais ao Orçamento de 2004. O colegiado deve conhecer hoje o parecer de Roberto Saturnino ao PPA.

Página 3

### Plenário vota manutenção de alíquota de 27,5% do IRPF

O projeto que prorroga a alíquota de 27,5% no Imposto de Renda da Pessoa Física deve ser votado hoje pela CAE e pelo Plenário do Senado. Oposição não quer urgência para a proposta.

Página 3



Rosevelt Finheiro

**REVERÊNCIA** Por sugestão de José Sarney, o Plenário faz um minuto de silêncio em memória do ex-parlamentar, falecido ontem

### Senadores homenageiam José Richa

O Plenário do Senado aprovou ontem quatro votos de pesar pelo falecimento de José Richa, ex-senador e ex-governador do Paraná

Página 5



**PROTEÇÃO** Senadores da Comissão de Justiça também aprovaram a instituição do seguro rural

### Comissão torna facultativo seguro-garantia para imóveis

A CCJ aprovou emenda que torna opcional o seguro-garantia na compra de imóveis.

Página 2



## Sarney ouve apelos por acordo com Farc

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na terça-feira Juan Carlos Lecompte, marido da senadora colombiana Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em fevereiro de 2002.

Para Lecompte, presidente do Partido Verde (PV) da Colômbia, apenas a pressão internacional pode permitir um acordo entre o governo e as Farc. Ele pediu o apoio de Sarney nesse sentido. Deputados do Partido Verde brasileiro acompanharam Lecompte na audiência. O partido vai lançar o comitê "Ingrid Livre", em solidariedade à senadora e a todos os seqüestrados – 21 políticos e cerca de 50 militares e 800 civis.

## Lula comemora a aprovação das reformas

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu ontem à inauguração do Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação do Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. A nova unidade hospitalar vai cuidar da etapa final da reabilitação de pacientes com lesões cerebrais e motoras.

Sarney ouviu cumprimentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela aprovação das reformas.

– Cumprimento todos os senhores senadores porque hoje, finalmente, foi aprovada a reforma tributária com que tanto sonhávamos, como anteriormente fora aprovada a reforma da Previdência. Vocês estão de parabéns – disse Lula.

# Imóveis novos podem ter seguro-garantia opcional

■ O caráter facultativo do seguro pretende impedir a taxação do setor de construção civil

O seguro-garantia deverá ser opcional na compra de imóveis novos em construção. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar emenda ao Projeto de Lei do Senado 543/99, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). A matéria volta ao exame do Plenário.

Durante o debate, o senador Demostenes Torres (PFL-GO)



Fotos: Célio Azevedo

**DECISÃO** O projeto, de autoria de Edison Lobão, será agora votado pelo Plenário

defendeu a obrigatoriedade do seguro, que daria total garantia aos compradores. O líder do governo, senador Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), assinalou que o projeto deve ser, inicialmente, de caráter opcional, para livrar a construção civil, setor que emprega mais mão-de-obra em todo o país, de mais um ônus financeiro.

A CCJ aprovou também parecer favorável de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto (PLC 68/03) que institui o seguro rural, para proteger os agricultores de intempéries climáticas, como geadas e secas.

O presidente da comissão, senador Edison Lobão, enalteceu a aprovação da proposta, que, na sua opinião, representa um novo estímulo à produção agrícola.

## Capiberibe elogia iniciativa de ministério

O senador João Capiberibe (PSB-AP) elogiou ontem a decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) de publicar, em seu *site*, o orçamento da pasta. O senador ressaltou a importância do controle público do orçamento que, explicou, só pode ocorrer quando há transparência por parte do governo.



**Capiberibe pede controle público do orçamento**

Para Capiberibe, o Estado brasileiro não permite que o cidadão acompanhe a aplicação dos recursos, o que gera muita desconfiança diante das denúncias de corrupção. O senador espera que os outros ministérios sigam o exemplo do MCT.

Em relação à reforma tributária, discutida em Plenário, Capiberibe reafirmou sua tese de que as reformas estão sendo apresentadas com o objetivo de gerar superávit.

## Almeida Lima critica proposta de Alca light

Nem a perspectiva de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) *light*, anunciada em recente reunião do bloco, levou o senador Almeida Lima (PDT-SE) a abandonar advertências às autoridades brasileiras.

Segundo Almeida Lima, essa visão mais flexível sobre a Alca foi suscitada por uma mudança de posição do governo norte-americano, que teria obedecido a "injunções políticas internas", motivadas por *lobbies* de indústrias, e à proximidade das eleições presidenciais.

Apesar de se aproximar de medidas mais flexíveis, explicou, os EUA não estariam sendo liberais o suficiente para abrir mão das barreiras impostas a alguns produtos, como o suco de laranja, e da concessão de subsídios agrícolas.

– Não podemos defender de forma inflamada o livre mercado, quando a liberalização discutida obedece a uma lógica econômica que interessa quase que exclusivamente aos Estados Unidos – alertou.

## Agenda

### Plenário discute manutenção da alíquota de Imposto de Renda

Em discussão no Plenário, às 14h30, projeto (PLC 101/03) que mantém a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física em 27,5%. Será votada ainda proposta (PRS 73/03) que autoriza a prefeitura de Salvador a contratar empréstimo no valor de R\$ 9,8 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), entre outros projetos.

### CRE analisa acordo entre Brasil e Rússia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota, às 9h, projeto (PDL 855/03) com o texto do Acordo de Assistência Mútua entre Brasil e Rússia para combater infrações aduaneiras; e proposta que aprova o Protocolo de Integração para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas universidades dos países do Mercosul e na Bolívia (PDL 856/03).



### Empréstimo para prefeitura

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 9h30, será votado projeto (PRS 68/03) que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar empréstimo de US\$100,4 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### CAE vota dois projetos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, dois projetos. O primeiro (PLC 68/03) trata da subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural, e o segundo (PLC 101/03) mantém a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Odsmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações





**DECISÃO** José Agripino anuncia retirada de assinatura em requerimento de urgência

## Senado deve votar hoje alíquota do IR

O projeto que mantém a atual tabela do Imposto de Renda, prorrogando a alíquota de 27,5% para as pessoas físicas que têm vencimentos superiores a R\$ 2.115, deverá ser votado hoje de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, à tarde, pelo Plenário. Os líderes dos partidos que integram a base do governo tentaram aprovar requerimento para que a matéria tramitasse em regime de urgência, mas o pedido foi prejudicado pela retirada das assinaturas dos líderes do PFL e do PSDB.

Quando o requerimento de urgência foi anunciado pela Mesa, o senador Mão Santa (PMDB-PI) protestou, alegando que o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), estaria sendo desrespeitado em sua decisão de ter concedido vista da matéria por um prazo de 48 horas. Autor do pedido de vista na comissão, Mão Santa argumentou que o requerimento seria "uma moletagem" contra Tebet.

Depois do pronunciamento de Mão Santa, os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), anunciaram a retirada de suas assinaturas do requerimento. Logo em seguida, Tebet comentou que colocar a proposta em regime de urgência não desrespeita sua decisão no âmbito da CAE.

# Comissão de Orçamento aprova último relatório

Amir Lando acredita que votação final no Plenário do Congresso ocorrerá no sábado

O último dos dez pareceres setoriais que esquadriam o projeto de lei orçamentária de 2004 – relativo à Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte – foi aprovado no final da manhã de ontem. A aprovação deixou evidente o poder de fogo dos governistas na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Sem sucesso na manobra regimental de pedir votação nominal na análise de cada um dos relatórios das áreas temáticas, o PSDB aceitou a votação simbólica nesse décimo parecer.

A aprovação do parecer do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) que tratou da área da Saúde, no início da madrugada de ontem, já enunciava mudança na prática regimental da oposição. Houve oito votos contrários na Câmara dos De-



**OTIMISMO** Amir Lando (à direita, ao lado do presidente da CMO, Gilberto Mestrinho) confia no acordo entre lideranças

putados, como forma de o PSDB e o PFL marcarem posição contra a insuficiência de recursos para atender a emenda que vincula verbas para a Saúde.

Fernando Bezerra deixou claro em seu relatório que são necessários R\$ 32,93 bilhões para os gastos federais com ações e serviços de saúde em 2004. A proposta do Poder Executivo deixou em aberto R\$ 4,02 bilhões para que o Congresso encontrasse alternativas para fechar o orçamento da Saúde. O senador conseguiu recompor

em parte esse valor e conseguiu do relator-geral, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), o compromisso de obter R\$ 1,2 bilhão no seu parecer final. Mesmo assim, segundo o parecer de Bezerra, ainda vão faltar R\$ 140 milhões para que o orçamento atenda à exigência constitucional.

O êxito do governo foi comemorado pelo seu líder no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO). Ele aposta no acordo entre as lideranças partidárias para encurtar os interstícios e votar no sábado o relatório final no Plenário do Congresso.

## Estimativa de receita sobe R\$ 12,06 bilhões

O acréscimo de R\$ 12,06 bilhões na arrecadação federal de 2004, estimado pelo Comitê de Receita, foi aprovado no final da tarde de ontem pelos integrantes da Comissão Mista de Orçamento.

O PSDB voltou a usar o pedido de votação nominal para marcar a sua discordância sobre o relatório da receita, manobra regimental que havia abandonado na apreciação dos dois últimos pareceres setoriais. Obteve dez votos contrários na Câmara dos Deputados, mas o relatório do Comitê de Receita acabou aprovado por 41 votos favoráveis, além da votação simbólica no Senado.

O parecer elaborado pelo deputado Sérgio Miranda (PCdo B-MG) mostra que os parlamentares irão contar apenas com R\$ 2,2 bilhões do acréscimo total para atender os seus pleitos, dos quais R\$ 500 milhões já foram distribuídos aos setoriais. Esses recursos devem ser somados aos R\$ 2,5 bilhões previstos pelo governo na rubrica de reserva de contingência, totalizando R\$ 4,7 bilhões para o atendimento de emendas. Portanto, o espaço que os congressistas estão tendo para emendar o projeto de lei orçamentária corresponde, segundo integrantes do comitê, a praticamente 1% da arrecada-

ção federal prevista para o próximo exercício.

O relator-geral do Orçamento, deputado Jorge Bittar, mais uma vez enfatizou aos integrantes da comissão o compromisso que vem construindo junto ao Executivo para não haver contingenciamento em 2004. O deputado reconheceu que existe um aumento "temporário" da carga tributária, decorrente do fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). E avaliou que esse é "um orçamento melhor" do que o deste ano, com a garantia de mais recursos para os gastos sociais.

## Escassez de verbas à saúde e educação

A falta de recursos foi a tônica nas discussões sobre as verbas para a saúde e a educação, temas dos dois relatórios finais aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), cujos destaques foram votados na tarde de ontem.

Na área da saúde, a saída encontrada pelo relator setorial, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), diante da falta de recursos, foi adotar critérios técnicos para o atendimento dos pleitos das bancadas estaduais. Pela primeira vez, um relator setorial da saúde aceitou rateio técnico definido pelas consultorias que assessoram a Comissão Mista de Orçamento.

Fernando Bezerra adotou esse rateio para praticamente metade dos R\$ 605,9 milhões reservados ao relator setorial para o atendimento das 90 emendas das bancadas estaduais, que totalizavam R\$ 6,81 bilhões. Houve uma combinação de critérios, que levou em consideração a distribuição da população estadual, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o número de emendas apresentadas.

O parecer relativo à área de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte foi alterado na última hora para incluir os estados que ficaram de fora do rateio de cerca de R\$ 61 milhões, obtidos por meio de um corte nas emendas de comissão permanente.

Segundo o vice-presidente da comissão, deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), o relatório do deputado Nárício Rodrigues (PSDB-MG) sacrificou emendas individuais para acolher as das comissões técnicas que atendem programas do governo.

### Frente parlamentar

A proposta do Executivo de centralizar verbas no Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2,37 bilhões no ano das eleições municipais, provocou reação de parlamentares oposicionistas que integram a Comissão Mista de Orçamento.

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), apresentou destaque ao relator-geral do orçamento, deputado Jorge Bittar, para aumentar a distribuição dos recursos do Sistema Único da Saúde (SUS) aos estados, repartindo R\$ 2,203 bilhões.

## Saturnino quer votação do PPA antes da lei orçamentária

O relator do projeto de lei do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2004-2008, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), pretende ler seu parecer hoje na Comissão Mista de Orçamento.

O parlamentar anunciou seu desejo de que o PPA seja votado antes mesmo do Orçamento da

União para 2004, o que deve ocorrer no sábado, segundo o líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Roberto Saturnino informou que manterá, em seu relatório, a indicação de queda gradual da meta de superávit fiscal, a partir de 2005, mesmo enfrentando a resistência do governo. Se aprovado o relatório,

o superávit ficará em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004, mas cairá a 3,75%, 3,50% e 3,25% do PIB nos três anos seguintes, anunciou Saturnino.

– É uma redução lenta e prudente. O percentual de 4,25% é elevadíssimo, mas se explica porque foi adotado em um momento de crise fortíssima. Como o próprio

governo diz que a crise passou, é preciso reduzir o aperto – afirmou.

De acordo com Roberto Saturnino, o governo federal acha precipitado antecipar agora as metas de queda do superávit. Essa estratégia seria a de reduzir os juros mais fortemente no próximo ano e só ao final de 2004 rediscutir o superávit.



## REFORMAS

Pontos mantidos na proposta tributária serão promulgados e alterações voltam à Câmara, na forma de nova PEC. Senadores presentes também acolheram, por unanimidade, emenda paralela da Previdência

## Senado aprova tributária e garante equilíbrio fiscal

O Senado aprovou em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 74/03 que institui a reforma tributária, com 64 votos favoráveis e apenas 5 contrários, praticamente o mesmo placar do primeiro turno. Os pontos que foram mantidos como vieram da Câmara serão promulgados amanhã, e as alterações feitas pelos senadores retornam para exame dos deputados, na forma de uma nova PEC.

Serão promulgadas as partes que garantem o equilíbrio fiscal do governo, como a prorrogação por mais quatro anos da CPMF; a desvinculação de 20% das receitas vinculadas do Or-

çamento Geral da União; a transferência de parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para estados e municípios; a criação do Fundo de Compensação para perdas dos estados exportadores; e a imposição da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os produtos importados com similar nacional e que pagam tributo.

A Zona Franca de Manaus fica prorrogada por mais dez anos. O restante da reforma será implantada até 2007. Ao longo de 2004, serão definidas cinco alíquotas básicas para o ICMS em todo o país. O Sena-

do irá ratificá-las e a nova legislação entrará em vigor em 2005, assim como o Fundo de Desenvolvimento Regional. A partir daí, terminará a guerra fiscal, ou seja, os estados não poderão mais oferecer isenções para atrair indústrias. Ainda em 2004 será criado o Supersimples, e em 2005 o Cadastro Único de Contribuintes.

Será definido um "gatilho" para reduzir progressivamente a CPMF dos atuais 0,38% até a alíquota de 0,08%. Em 2007, será implantado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que irá incorporar o ICMS, o ISS e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

## Tebet apóia fatiamento da proposta

Durante discussão da proposta de reforma tributária, ontem, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou achar correto o Senado ter fatiado a proposta, pois foi a solução encontrada diante do "campo de batalha" que se tornou a Casa com cada ente da Federação evitando perder receita.

Para o senador por Mato Grosso do Sul, isso é natural, já que o Senado é a Casa da Federação. Assim, acrescentou Te-

bet, fatiar a matéria, votando o que era consenso, foi a solução encontrada para não penalizar os estados do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste.

Apesar de considerar que a reforma foi aperfeiçoada no Senado, o parlamentar alertou que nenhum de seus itens facilita a vida do setor produtivo. Ramez Tebet reclamou da excessiva burocratização que ainda existe no país para se abrir uma empresa.



Fotos: Celso Azevedo

**SOLUÇÃO** Votar consensos evitou perdas para estados do CO, NO e NE, afirma Tebet

## Garibaldi insiste na igualdade para municípios

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que ainda há muito o que ser modificado no sistema tributário brasileiro e que o Senado não pode se acomodar, mas sim estar na vanguarda da discussão.

O senador acredita que foi rica a participação da Casa no debate, mas que ainda há necessidade de modificações, como a garantia de igualdade para municípios e a criação de um sistema indutor da justiça social.

Garibaldi ressaltou que as discussões no Senado geraram frutos que não podem ser esquecidos. Ele elogiou a disposição dos senadores em ouvir e acolher opiniões conflitantes. "Tivemos a oportunidade de discutir temas herméticos com a transparência que deve presidir o debate democrático", afirmou ele.



**Para Garibaldi, Senado não pode se acomodar**

## Para Suassuna, "ainda há muito o que mudar"

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem, na discussão em segundo turno da reforma tributária, que "ainda há muito o que mudar". Ele quer especialmente melhorias para os municípios e para os estados nordestinos.

Na opinião de Suassuna, os municípios foram os mais prejudicados, mas acrescentou que a situação estava muito ruim e que o sistema tributário, no geral, foi melhorado. Para ele, é preciso ter paciência, uma vez que as mudanças seguem gradativamente, são um processo.

— O governo está ganhando a confiabilidade internacional — destacou.

Almeida Lima (PDT-SE) comentou, em aparte, não entender parlamentares que se manifestam contra determinada matéria, mas acabam votando a favor.



**Suassuna defende melhorias para os municípios**



Márcia Kallume

**BALANÇO** Para Tião Viana, votação da emenda revelou "responsabilidade social e política" dos senadores

## Paralela vai ao exame da Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, a Proposta de Emenda à Constituição 77/03 – a chamada PEC paralela. A matéria, que já havia sido exaustivamente debatida, foi aprovada pelos 64 senadores votantes e será enviada à Câmara dos Deputados.

A paralela foi a saída encontrada pelo governo para vencer as resistências à PEC 67/03, peça principal da reforma da Previdência, já aprovada no Senado e na Câmara. Entre os itens da PEC 77 que ameniza-

ram os efeitos da PEC 67 estão uma regra de transição para os servidores públicos que ingressaram cedo no mercado de trabalho e a paridade entre salários da ativa e aposentadorias.

O presidente do Senado, José Sarney, congratulou a Casa pela aprovação da matéria. O líder do PT e relator da PEC, Tião Viana (AC), exaltou o alto grau de "responsabilidade social e política" dos senadores. Para o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o Senado "agiu de forma exemplar".

## Os principais pontos das mudanças na Previdência

A PEC paralela foi apresentada para evitar que o projeto original do governo sobre a reforma recebesse mudanças, o que obrigaria seu reenvio à Câmara, onde já fora votada. Assim, a emenda proposta pelo Poder Executivo será promulgada, enquanto a emenda paralela seguirá para exame dos deputados. A seguir, os principais pontos da emenda paralela:

\* Volta a conceder paridade aos atuais servidores, quando eles se aposentarem, desde que tenham completado 20 anos de serviço público, sendo dez anos na carreira e cinco no mesmo cargo. A reforma da Previdência tira a paridade entre ativos e inativos.

\* Permite alíquotas menores (ainda não definidas) de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa. O prazo de carência para os benefícios também será menor.

\* Autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência. Lei complementar detalhará tudo.

\* Concede prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias legislativas elevando seus salários, caso eles sejam baixos. O máximo será o salário de um desembargador do Tribunal de Justiça do respectivo estado. Eles não podem baixar seus atuais salários. Os prefeitos poderão fazer o mesmo.

\* Isenta da contribuição previdenciária os proventos de aposentados e pensionistas que não ultrapassarem o valor de R\$ 4.800, desde que tenham doenças incapacitantes. Lei definirá quais são essas doenças.

\* Estabelece o controle social da Previdência, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão. Haverá ainda censo previdenciário a cada cinco anos.

\* Estabelece ainda a transição para quem começou a trabalhar muito cedo. Quem completar 30/35 anos de serviço (mulher/homem), sendo 25 no funcionalismo, terá reduzido um ano na idade 55/60 anos (mulher/homem) para cada ano excedente trabalhado.



## REFORMAS

### Berzoini apóia esforço para votação da paralela

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, afirmou à saída do encontro realizado na manhã de ontem com senadores da base aliada que a disposição do governo é positiva em relação à votação, com a maior brevidade possível, nas duas Casas do Congresso, da Proposta de Emenda à Constituição 77/03, a chamada PEC paralela da reforma da Previdência. Para tanto, acrescentou, o governo apoiará qualquer decisão sobre a matéria e garantirá o uso dos meios necessários para a conclusão do exame da proposta.

– A intenção do governo fe-



**ENTENDIMENTO** Ministro participou de café da manhã com senadores

deral é a de cumprir o acordo, que foi uma verdadeira engenharia política construída pelos líderes dos partidos políticos do Congresso e com as entidades de servidores públicos. Um acordo político tem que ser honrado e não há nenhuma possibilidade de isto não ser feito – analisou Berzoini.

### Senadores levam pedido de entidades a José Dirceu

Um documento com a assinatura de 50 entidades representativas dos servidores públicos será levado na tarde de hoje ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pelo líder do PT, senador Tião Viana (AC), e pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS). O texto solicita ao governo federal que sejam implementadas todas as medidas possíveis para que o Congresso acelere e complete antes de fevereiro a votação da PEC paralela da Previdência.

A informação foi divulgada pelos senadores após o café da manhã com o ministro Ricardo Berzoini. Segundo os senadores, existe um entendimento

comum de que é preciso votar com rapidez a PEC paralela, para cumprir o acordo firmado com os servidores públicos e com os partidos políticos.

– Eu defendo o cumprimento do acordo e o respeito aos servidores públicos, que entendem que seria perigoso um lapso de tempo de mês para votar a reforma – afirmou Tião Viana, que não descartou a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso para votação da matéria, mesmo que isso represente mais gastos para o país. “Essa é uma questão secundária se comparada com o cumprimento de um acordo político”, observou.

### Paim crê no exame pela Câmara ainda em janeiro

O senador Paulo Paim congratulou os senadores pela aprovação unânime da PEC paralela, na tarde de ontem. Ele afirmou ter obtido o compromisso do presidente da Casa, José Sarney, no sentido de articular com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para que a PEC possa ser aprovada ainda no mês de janeiro.

– Foi uma vitória de articulação de todos os senadores e, agora, vamos continuar o trabalho de convencimento junto

aos deputados para que alguns direitos legítimos dos servidores públicos, aposentados e pensionistas possam ser preservados – disse.

Paim lembrou que muitos olharam a tramitação da paralela com ceticismo, considerando “mínimas” suas chances de obter aprovação no Senado e, menos ainda, na Câmara dos Deputados. Segundo ele, com o apoio dos muitos parlamentares que acreditam ser justa essa PEC, será possível sua aprovação final em janeiro.

# Senado muda rito em pesar pela morte de José Richa

■ Plenário realizou votações em silêncio, sem encaminhamento, em homenagem ao ex-senador pelo Paraná

Divulgação



**EXEMPLO** Falecido ontem, aos 69 anos, Richa foi lembrado por seu desapego a cargos públicos

Foram aprovados em Plenário quatro requerimentos com votos de pesar pelo falecimento do ex-senador e ex-governador do Paraná José Richa, morto na madrugada de ontem. Os votos, que apresentam também condolências à família e aos cidadãos do Paraná, foram apresentados pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Sarney (PMDB-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS). Também subscreveram os requerimentos os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

O senador do Paraná morreu aos 69 anos, vítima de problemas pulmonares. Antes de votar os requerimentos, o presidente do Senado, José Sarney, “com grande tristeza”, lamentou o falecimento e se associou à dor do povo paranaense e da família de Richa. Sarney desta-

cou afirmação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), durante encaminhamento da votação dos requerimentos, segundo a qual Richa tinha desapego pelos cargos, uma vez que foi convidado muitas vezes para ser ministro e não aceitou.

#### Minuto de silêncio

Por recomendação do presidente da Casa, o Plenário fez um minuto de silêncio em memória de José Richa. Sarney disse que não podia deixar de agregar ao sentimento de tristeza o afeto pessoal devotado a Richa, com quem iniciou a vida pública em 1958, quando ambos chegaram ao Parlamento.

## Político idealista e aberto ao diálogo

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), José Richa foi um dos mais destacados políticos brasileiros. Eduardo Azeredo, por sua vez, afirmou que o ex-senador foi um político que soube levar ao país palavras de idealismo. Flávio Arns (PT-PR) observou que, quando o povo do Paraná pensa em Richa, lembra de alguém

aberto ao entendimento.

Pedro Simon recordou que Richa sempre foi um homem de princípios e Almeida Lima (PDT-SE) associou-se às homenagens. Romeu Tuma (PFL-SP) destacou sua admiração por José Richa e Osmar Dias ressaltou a herança ética deixada a seu filho, Beto Richa. O senador Heráclito Fortes (PFL-

PI) destacou a honestidade de Richa e Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o homenageado escreveu seu nome na história política do Brasil.

Luiz Otávio (PMDB-PA), Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI) também se associaram às homenagens.

### Acolhida indicação de Edson Ferreira para Adene

O nome do administrador de empresas Edson José Fernandes Ferreira foi aprovado ontem pelo Plenário para exercer o cargo de diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), criada para substituir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ex-diretor da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), ele foi sabatinado e aprovado por unanimidade na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Durante o debate na comissão, Edson Ferreira destacou o crescimento da indústria têxtil e o fortalecimento do turismo, defendendo uma nova política de desenvolvimento regional.

### José Jorge critica prazo para análise de MPs

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, providências para uma situação que classificou de absurda: a Câmara dos Deputados deverá votar hoje quatro medidas provisórias (MPs), que serão encaminhadas ao Senado, que por sua vez terá apenas amanhã para examiná-las e votá-las.

– Algumas dessas MPs estão na Câmara já há três meses e nós teremos menos de um dia para a análise e a votação.



**José Jorge: menos de um dia para decisão**

Genilino Magela



## Jefferson Péres destaca postura de Heloísa Helena

Observando não se tratar de ingerência em assuntos de outro partido, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) prestou homenagem à senadora Heloísa Helena (sem partido-AL). Ele ressaltou que a parlamentar "não poderia sofrer seu calvário político sem receber a solidariedade dos que a admiram".

– Falo não só em respeito, mas também em admiração. Respeito se deve a todas as pessoas, mas admiração se devota a seres especiais, como a senadora, que nos faz sentir orgulho de pertencer ao gênero humano.

Para Jefferson, dedicar a vida a princípios impõe sofrimentos, como a incompreensão.



## Para Demostenes, partido exerceu papel inquisitorial



O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou, em Plenário, desagravo à senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), pela sua expulsão dos quadros do Partido dos Trabalhadores (PT). Para o senador, o Diretório Nacional do PT desempenhou papel "inquisitorial" e realizou "a justiça do paredão" ao expulsar quatro parlamentares do partido.

– No episódio, a mando do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do PT, José Genoíno, realizou a tarefa de açougueiro e assinou o expurgo de quatro parlamentares em uma ação que guarda muita semelhança aos métodos de limpeza ideológica promovidos contra a primeira geração de soviéticos.

Em seguida, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que a reunião do diretório do PT ocorreu em clima de respeito, com um debate que está entre os mais ricos que já presenciou no partido.

## Ideli faz balanço positivo de sua atuação parlamentar

Ao comentar, da tribuna, seu trabalho na Casa este ano, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a aprovação do projeto de sua autoria que garante às parturientes atendidas pelo SUS direito a um acompanhante nos hospitais.

A senadora também assinalou que a duplicação da rodovia BR-101, que corta Santa Catarina, finalmente se tornará realidade. Ideli informou que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, está negociando nos Estados Unidos empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para realização das obras.



## Serys afirma que é intensa a atividade do Senado

Com a afirmação de que no Senado se trabalha muito, a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) relatou sua participação em várias comissões e em frentes parlamentares, além de coordenar as bancadas femininas do Congresso Nacional e de Mato Grosso.

– Não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado. Trabalha-se todos os dias – garantiu.

Em seu discurso, Serys também apoiou os produtores de cacau do sul da Bahia. Ela disse que o setor, desde a década de 80, mergulhou numa profunda crise provocada pela inflação e juros altos, bem como pela praga vassoura-de-bruxa.

– A partir desse momento, constatou-se o inevitável. Os produtores de cacau estavam em estado de pré-falência – afirmou.

O senador César Borges (PFL-BA) agradeceu o apoio de Serys à luta dos produtores baianos de cacau.

# Virgílio elogia oposições e critica o governo petista

■ Ele afirma que governo impôs queda na renda dos brasileiros ao demorar a baixar a taxa dos juros

Ao analisar ontem, da tribuna, o primeiro ano da administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), disse que os partidos contrários ao governo ofereceram uma oposição de qualidade, nada desestabilizadora, diferente de tudo que se fez antes na política. "Foi possível mostrar combatividade sem boicote e desrespeito à democracia".

O senador elogiou o governo "por ter sabido trabalhar" a questão da credibilidade internacional, ao manter as políticas macroeconômicas do governo



**EQUILÍBRIO** Virgílio diz que oposição foi combativa sem desrespeitar a democracia

anterior. Segundo afirmou, foram justamente as "idéias esquisitas" do PT que criaram o "risco Lula" nos últimos seis meses do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Virgílio, o atual governo Lula impôs queda na renda dos brasileiros ao demorar a baixar a taxa de juros. "O governo

acertou no diagnóstico, mas pode ter complicado o crescimento econômico em 2004 e 2005 por ter errado na dose do remédio".

O parlamentar voltou a atacar as viagens internacionais do presidente da República, especialmente a mais recente, ao Oriente Médio, e condenou a edição de medida provisória sobre o setor energético. Em apartes, foi apoiado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Demostenes Torres (PFL-GO).

### Desempenho

Virgílio também contestou a afirmação feita pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), de que os índices de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva são melhores do que os do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Mercadante exalta política externa e popularidade do presidente Lula

Em meio às críticas à viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Oriente Médio, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), exaltou a política externa brasileira como promotora da inserção soberana do país no contexto político-econômico internacional. Ao mencionar algumas conquistas obtidas pelo governo em 2003, o senador destacou os índices de popularidade do presidente Lula, divulgados em pesquisa do Ibope, ao final do primeiro ano da gestão petista.

Mercadante afirmou que a tradição de uma política exter-

na submissa, herança do tempo colonial, foi substituída por uma postura que exalta o peso econômico, político e demográfico do Brasil e procura firmá-lo como grande nação. Nessa perspectiva, observou, a diplomacia brasileira reconhece a Organização das Nações Unidas (ONU) como o fórum apropriado de resolução de conflitos internacionais, por entender que o multilateralismo fortalece a democracia e a estabilidade política no plano externo.

Ao abordar a pesquisa do Ibope, o parlamentar destacou o percentual de 41% de pesso-



**AVANÇOS** Aloizio Mercadante destaca conquistas obtidas pela atual administração

as que acharam o primeiro ano do governo Lula bom ou ótimo, índice mais elevado do que em governos anteriores.

## Antero quer cota para aluno da rede pública

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) fez, em Plenário, apelo à Câmara dos Deputados para que acelere a votação de projeto de sua autoria, aprovado pelo Senado Federal em 1999, que reserva 50% das vagas das universidades públicas aos alunos da rede oficial de ensino.

O parlamentar voltou a defender a iniciativa no momen-



to em que a deputada federal Selma Schoms (PT-PR) apresentou, com o aval do Ministério da Educação, proposta de emenda à Constituição que prevê a cobrança de ex-alunos de universidades públicas com renda anual superior a R\$ 25 mil.

Embora reconheça a necessidade de "mudar a cara" da universidade pública, Antero

discorda da instituição dessa cobrança. Ele lembrou que a universidade é pública, mas não gratuita, já que é mantida com os impostos pagos pela população. Na sua opinião, o governo federal só teria autoridade para discutir a proposta depois de aprovar seu projeto sobre a reserva de vagas.

Em apartes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apoiaram o pronunciamento.



## Paim: data para deficientes é aprovada

Paulo Paim (PT-RS) registrou a aprovação em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE), do Projeto de Lei 379/03, de sua autoria, que

José Cruz



**Paim pede à Câmara urgência para projeto**

institui o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. O senador informou que, durante a tramitação da proposta na CE, contou com o apoio de entidades que atuam na área e do relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR), "um dos especialistas no assunto". Ele pediu ainda o exame rápido do projeto pela Câmara, para onde será enviado.

Paim disse que só em 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, é que o país começou a dar uma atenção maior ao tema.

## Sergipe espera investimentos, diz Almeida Lima

Almeida Lima (PDT-SE) protestou contra a falta de investimentos em infra-estrutura, em Sergipe, pelo governo federal.

Waldemir Rodrigues



**Almeida Lima: duplicação de BR abandonada**

Ele citou especificamente o abandono da obra de duplicação de 12 quilômetros da BR-101 até o entroncamento com a BR-237, na saída de Aracaju, obra que considera fundamental ao desenvolvimento

do estado, para escoamento de produção e circulação das pessoas, das riquezas e das mercadorias.

Almeida Lima narrou que as obras foram iniciadas em 1997 e, seis anos mais tarde, não foram concluídas e se encontram paralisadas, causando prejuízos, já que, quando a construção for retomada, diversos serviços executados terão que ser realizados novamente.

# Eduardo cobra recursos para Ferrovia Norte-Sul

**Senador defende aplicação de R\$ 465 milhões incluídos no Orçamento para uso no FNO**

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) sugeriu ao governo federal que aplique na continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul R\$ 465 milhões incluídos no Orçamento da União deste ano para o Fundo de Desenvolvimento Regional do Norte (FNO). Ao lembrar ontem que o dinheiro terá que retornar aos cofres da União se não for gasto até o fim do ano, ele informou já ter apresentado a sugestão ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Na avaliação do senador, se existe a perspectiva de o Brasil voltar a crescer no próximo ano, o governo vai precisar investir em infra-estrutura. Ele



**CRESCIMENTO** Eduardo Siqueira Campos aponta necessidade de investimento em infra-estrutura

lamentou que o Orçamento de 2004 enviado pelo governo ao Congresso não preveja a dotação de recursos para obras importantes como a construção de uma eclusa na barragem de Lajeado (TO), que aumentaria a extensão navegável da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Eduardo também destacou a aprovação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (BNDES), do financiamento para a construção do novo campus da Faculdade de Gurupi (TO). Ele explicou que a obra permitirá que aquela faculdade passe a ser enquadrada como Universidade Regional de Gurupi.

Em aparte, João Ribeiro (PFL-TO) observou que os ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Ciro Gomes, da Integração Nacional, prometeram tentar viabilizar a alocação de recursos do FNO para as obras da Ferrovia Norte-Sul.

Duciomar Costa (PTB-PA) considerou fundamental a pavimentação da BR-163, que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT). Ele destacou que a conclusão da estrada diminuiria os custos para exportação da soja brasileira. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou recursos para a conclusão da Rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP).

## Quintanilha quer concluir 500 quilômetros

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu ontem a destinação de verbas para a conclusão de 500 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. Segundo o senador, as obras beneficiariam vários estados das regiões Norte e Centro-Oeste.

—A Ferrovia Norte-Sul traduz a necessidade nacional de mudar uma matriz de transporte que privilegiou as rodovias. Hoje, é inquestionável a necessidade dessa mudança.

Quintanilha também assinou o barateamento do frete proporcionado pelo transporte



**BENEFÍCIO** Leomar Quintanilha destaca que ferrovias reduzem custo do frete

ferroviário, um custo importante para produtores agríco-

las. Ele lembrou que o então presidente da República, José Sarney, foi duramente criticado quando iniciou a obra.

O senador informou que a bancada do Tocantins conseguiu sensibilizar os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e da Casa Civil, José Dirceu, para a necessidade de se alocarem recursos para a Ferrovia Norte-Sul, apontando a existência de R\$ 465 milhões no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia que poderiam ser aplicados ainda neste ano ou no início do próximo.

## Duciomar propõe unir Fome Zero à merenda escolar

A associação do programa Fome Zero ao programa da merenda escolar, para obter resultados melhores e mais rápidos de bem-estar da população, foi defendida pelo senador Duciomar Costa (PTB-PA).

O parlamentar ressaltou que o Fome Zero dispõe de dinâmica capaz de mobilizar vontades e recursos, enquanto a merenda escolar é um programa já estruturado, atingindo 21% da população brasileira, ou seja, 35 milhões de crianças.

—O Fome Zero ainda luta por se organizar e ampliar sua ação, enquanto a merenda escolar já é

uma estrutura de grande penetração. As vantagens de somar os dois programas saltam aos olhos — assinalou ele.

Duciomar explicou que a merenda escolar tem como meta suprir 15% da necessidade nutricional diária de cada criança, mas se sabe que, para muitas crianças, é a principal refeição diária. Além de prover alimentação e formar bons hábitos nutricionais, a merenda escolar, disse, também contribui para reduzir a evasão e a repetência escolar.

Segundo o senador pelo Pará, o aspecto institucional decisivo da merenda escolar é o estímulo que ela dá ao controle da sociedade so-



**GANHO** Para Duciomar Costa, vantagens de somar programas são evidentes

bre o programa, por meio dos conselhos de alimentação escolar, colegiados que fiscalizam a aplicação dos recursos, formados por representantes de professores e pais de alunos, dos Poderes Executivo e Legislativo e de outros segmentos da sociedade.



Waldemir Rodrigues

**COMPROMISSO** Alvaro afirma que medidas não combinam com promessas de Lula

## Alvaro critica política para cooperativas

Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou ontem contra as recentes medidas adotadas pelo governo em relação às cooperativas de crédito. Em sua opinião, essas medidas não combinam com as promessas de campanha, feitas por Lula, de possibilitar crédito mais barato para a população. Ele listou três decisões que podem inviabilizar a atuação das cooperativas.

O senador paranaense condenou o aumento da alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para as cooperativas no mesmo percentual aplicado aos bancos e demais instituições financeiras.

Outra medida negativa, na opinião de Alvaro Dias, foi a decisão de regulamentar quais seriam as espécies de cooperativas que teriam os seus atos cooperativos tributados de forma menos onerosa que os atos não cooperativos. Segundo ele, a decisão restringiu o alcance das normas para as cooperativas agrícolas e de eletrificação rural, deixando as cooperativas de crédito com a tributação normal.

A terceira estabelece que, quando uma cooperativa de crédito aplicar o dinheiro de seus cooperados em instituições financeiras não cooperativas, com a finalidade de remunerar o capital de seus associados, tal aplicação será considerada como não cooperativa e, portanto, sujeita à incidência de Imposto de Renda.

Alvaro ressaltou que essa medida inviabilizará a aplicação, pelas cooperativas de crédito, do dinheiro de seus cooperados a taxas atraentes. Com isso, as cooperativas ficarão impossibilitadas não só de remunerá-los com a mesma atratividade que o restante do sistema financeiro oferece, como também de emprestar a juros mais baixos.





**ACUSAÇÃO Segundo Fátima, religiosos denunciam o aumento da corrupção**

## Fátima Cleide apóia manifesto de bispos de Rondônia

O crescente enfraquecimento das instituições públicas do estado de Rondônia foi denunciado em carta dos bispos da Igreja Católica no estado, lida ontem, em Plenário, pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), que se associou à manifestação.

No documento, os bispos assinalam que vem aumentando o número de casos de corrupção, espe-

cialmente no âmbito da administração pública. Eles também criticam a indicação de Natanael Silva para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas estadual, por entender que o escolhido não preenche os requisitos de idoneidade moral e reputação ilibada para o cargo. Outro protesto é quanto à recente eleição da mesa diretora da Assembléia Legislativa e a pos-

terior alteração da Constituição do estado.

A carta denuncia também des-caso das autoridades estaduais com a saúde pública, a educação e o meio ambiente. E adverte para o crescimento da violência, do desemprego e da miséria, bem como para o recrudescimento do narcotráfico e dos conflitos agrários no estado.

## Maria do Carmo defende criação de camarões

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apelou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que libere as autorizações neces-sárias para 50



**Maria do Carmo dirige apelo ao Ibama**

projetos de criação de camarão em Sergipe e não suspenda os 20 que já estão em andamento.

Segundo a senadora, a produção de camarão em cativeiro – conhecida como carcinicultura – tem potencial para se transformar em grande gerador de emprego e renda no estado e no Nordeste.

Maria do Carmo Alves pediu ainda que a Secretaria Especial da Pesca ofereça incentivos, de modo a facilitar o acesso dos pequenos produtores à atividade.

A senadora argumentou que o Nordeste é uma das regiões mais adequadas para a criação de camarões.

## Mão Santa presta homenagem a Lins e Silva

A memória do ex-ministro Evandro Lins e Silva, falecido há um ano, foi homenageada ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que, salientou, teve o privilégio de gozar da intimidade do jurista, ao final de sua vida. Lins e Silva sofrera traumatismo craniano em consequência de uma queda no aeroporto do Rio de Janeiro.



**Mão Santa lembra que jurista atuou até os 88 anos**

Mão Santa destacou que a última atuação de Lins e Silva, aos 88 anos, foi durante julgamento do líder do Movimento dos Sem Terra, José Rainha. Na ocasião, o jurista declarou que sua maior glória seria morrer em um tribunal, disse ele.

# Mozarildo alerta para ameaça de internacionalização da Amazônia

■ Ele comenta notícia de que militares dos EUA resgataram há uma semana helicóptero que caiu na região



**VIOLAÇÃO Para Mozarildo, norte-americanos descumpriram acordo internacional**

Ao comunicar, ao Plenário, mais um episódio de violação do espaço aéreo nacional na Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) advertiu que “a tentativa de tratar a região como área internacional está em pleno andamento”. Ele fez menção a notícia de que militares norte-americanos teriam resgatado, há uma semana, um helicóptero que caiu em território brasileiro, próximo à fronteira com a Bolívia.

A operação, afirmou Mozarildo, somente foi comu-

nicada à Força Aérea Brasileira depois do resgate dos destroços e de dois corpos, sem autorização das autoridades brasileiras. Com base em nota publicada pelo jornalista Cláudio Humberto, ele informou

que o Sistema de Vigilância da Amazônia não detectou a invasão do espaço aéreo pelo helicóptero.

– O Comando da Aeronáutica exigirá que a embaixada americana explique o resgate do helicóptero. Para a Aeronáutica, os Estados Unidos descumpriram tratados e convenções internacionais – disse o senador, a partir da notícia publicada na Internet.

### Terra de ninguém

Pela segunda vez no ano, conforme Mozarildo, o espaço aéreo nacional é desrespeitado. A primeira delas, lembrou, foi registrada quando missão militar francesa tentou resgatar a senadora colombiana Ingrid Bettancourt – que também é cidadã francesa – sem autorização do governo federal.

– Esses fatos devem servir para mostrar que esse processo de considerar a Amazônia como não brasileira, de fato, já começou. Os militares americanos trataram o Brasil como terra de ninguém. Já estão considerando que a Amazônia não é Brasil. Não dão satisfações às autoridades brasileiras e fazem o que bem entendem.

O senador ainda registrou entrevista do arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, que alertou para os perigos que rondam a Amazônia – como o narcotráfico, a guerrilha e a biopirataria.

O problema foi abordado, em apertes, pelos senadores Eurípedes Camargo (PT-DF), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Romeu Tuma (PFL-SP) e Augusto Botelho (PDT-RR).

## Serys critica a redução de crédito pelo Banco do Brasil

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) criticou o fato de o Banco do Brasil ter ficado com crédito “encalhado” neste ano, conforme noticiou o *Jornal do Brasil*. Segundo a senadora, não existe justificativa para o banco ter destinado apenas R\$ 7 milhões do total de R\$ 100 milhões



**Serys afirma que banco só liberou parte do dinheiro**

destinados a financiamento de eletroeletrônicos. Ela afirmou que a mesma situação se repetiu com o crédito para construção civil, que, de um total de R\$ 200 milhões, ficou com somente R\$ 103 milhões.

– Eu defendo o Banco do Bra-

sil, sou contrária à sua privatização, mas esse tipo de situação não posso admitir.

Serys também comentou a greve dos policiais federais, que reivindicam a moralização da corporação e melhores condições de trabalho. A senadora disse que a Polícia Federal está sendo atacada por que alguns policiais se envolviam em esquema de corrupção.

– Isso atingiu apenas pequena parte da corporação, porque sua grande maioria é da melhor estirpe e da melhor qualidade, o que se comprova pelas suas reivindicações.

## Heráclito: governo federal pode resolver questão do 13º no Piauí

A questão do pagamento do décimo terceiro salário dos servidores do Piauí poderá ser resolvida via governo federal, informou ontem, em Plenário, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Ele disse que, em conversa com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ouviu dele a promessa de que o Executivo tentará uma solução para o impasse.

Sem recursos para quitar o décimo terceiro salário, o governador Wellington Dias está querendo honrar o compromisso por meio de empréstimos que os servidores fariam no Banco do Brasil, alternativa condenada pelo senador.

Segundo Heráclito Fortes, o governador teria declarado que recebeu o estado no “bagaço”, responsabilizando assim administrações anteriores pelas dificuldades financeiras atuais.

– Caberia a Wellington Dias ter denunciado esses possíveis desacertos nas contas públicas logo após a sua posse ou no momento em que tivesse tomado conhecimento deles. Ao contrário, o governador manteve-se em silêncio e vendeu otimismo ao povo piauiense durante 11 meses – acrescentou.



**Heráclito diz que ouviu promessa de Mercadante**

**As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Eurípedes Camargo e Ideli Salvatti**